

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE CATARINENSE

Gilmar Lazzarotto
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó
E-mail: gilmar6017@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó
E-mail: sady@unochapeco.edu.br

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar o desempenho dos municípios da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense (AMNOROESTE) em relação à Santa Catarina, quanto aos indicadores de desenvolvimento municipal sustentável. Existem várias definições do que significa desenvolvimento regional sustentável e nem sempre o desenvolvimento econômico pode significar que a região se desenvolveu socialmente, já que a renda pode estar concentrada em poucos indivíduos ou organizações sendo assim uma região pode ser desenvolvida economicamente, mas com baixa qualidade de vida, e os indicadores sociais são utilizados para mensurar essas diferenças. A sustentabilidade se tornou um tema atual, apesar de várias expressões no âmbito de que realmente a população entende por desenvolvimento de uma região. Esta pesquisa foi elaborada com dados disponíveis na homepage da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a análise dos dados permitiu evidenciar que a região da AMNOROESTE está abaixo do nível estadual em praticamente todos os indicadores pesquisados, necessitando de investimentos equiparação estadual.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Sustentabilidade, Indicadores.

1 INTRODUÇÃO

Grande parte das regiões possuem problemas de desenvolvimento, seja eles sociais ou econômicos ou de sustentabilidade, para tentar identifica-los e mensura-los, foram criados os indicadores sociais. Buscando assim uma forma de localizar e deixar evidente onde estão os maiores problemas, e apontando as situações deficitária para melhorar a vida das pessoas que lá residem, mudando o cenário de desenvolvimento. “Neste cenário de mudanças, tem sido crescente a preocupação de mensurar e divulgar informações no âmbito social e ambiental, tanto nas empresas públicas quanto privadas. Assim, nos últimos anos a contabilidade incorporou às suas atividades a divulgação de elementos relacionados à sustentabilidade” (VIERO; MAZZIONI, 2015, p. 1)

Os indicadores sociais e econômicos tendem a identificar as deficiências e potenciais de uma região se tornam muito importante para focar qual setor se deve investir e trabalhar. “Grande parte do nosso sentimento de impotência diante das dinâmicas econômicas vem do fato de que simplesmente não temos instrumentos para saber qual a contribuição das diversas atividades para o nosso bem-estar” (DOWBOR, 2007, p. 13). É indispensável o envolvimento do poder público com políticas de apoio ao crescimento e incentivo a inovação, utilizando os recursos naturais disponíveis e as potencialidades da região.

Os indicadores têm a função de demonstrar as regiões e suas peculiaridades e como estão se portando diante das medias aceitáveis de sustentabilidade e desenvolvimento. Segundo Siqueira (2001) os indicadores no século XX indica que o Brasil alcançou uma das maiores taxas de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) no planeta, mas o desenvolvimento demonstrou com o uso dos indicadores que formou uma sociedade com um dos maiores índices mundiais de desigualdades. Por exemplo, entre 1985 e 1997 a região sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, concentrou em média 58,86% do PIB do país, enquanto a parcela dos 10% mais ricos da população controlava cerca de 45% da renda nacional. Com isso percebe-se que houve sim o desenvolvimento, mas ocorreu de forma desigual formando regiões mais ricas enquanto algumas ficaram estagnadas no tempo.

A FECAM disponibiliza aos municípios associados o sistema que permite ao cidadão solicitar às informações públicas, além de possibilitar a gestão das solicitações por parte do órgão público, com o objetivo de apoiar os municípios e criar mecanismos para tornar efetivo o direito à informação previsto na Constituição. Os indicadores de sustentabilidade buscam evidenciar os pontos fracos para buscar o equilíbrio entre o social e o econômico da região, tentando manter a riqueza da biodiversidade. (FECAM, 2016).

A FECAM organiza dados de órgãos públicos buscando demonstrar para associações e municípios os dados estratégicos para o desenvolvimento, assim demonstrando os indicadores que possam ser avaliados na hora das tomadas de decisão tornando-se também base de referência para a pesquisa científica e o trabalho jornalístico em nosso estado. No quadro 1 demonstra alguns dos critérios que o desenvolvimento municipal sustentável deve seguir para a construção da realidade do Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 1: Construção da realidade do Desenvolvimento Sustentável

Meio ambiente equilibrado
Direitos fundamentais dos cidadãos respeitados
Infraestrutura adequada
Economia local equilibrada, com recursos locais ativados
Gestão municipal responsável e transparente
Protagonismo social

Fonte: Adaptado de FECAM (2016).

A política de desenvolvimento regional sustentável tem como principal objetivo a redução das desigualdades entre regiões, com mais oportunidade, programas e ações, visando orientar o acesso a oportunidade a regiões menos favorecidas e delimitando áreas que englobam o desenvolvimento regional. A região AMNOROESTE de Santa Catarina está inserida na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e tem vários programas que visam o desenvolvimento desta região.

A região da AMNORESTE foi fundada a partir da colonização por pequenos agricultores, tendo como principal finalidade o consumo familiar, como sua atividade principal que era a criação de suínos. Testa *et al* (1996) ponderam que a concentração de criação de suínos, foi intensificada a partir do final dos anos 80, e a elevada concentração de propriedades que desenvolviam a atividade suinícola inchou o mercado, tornando-se necessária à busca de novos campos de atuação, pela opção de uma nova atividade mais rentável a grande maioria optou pela produção leiteira. Todas as regiões têm riquezas que podem ser exploradas o que precisa e de uma visão mais complexa das pessoas que lá vivem, assim diminuindo a desigualdade social de forma justa.

Diante da importância que os indicadores sociais possuem para observar a situação da região e potencializar os resultados que se almeja se necessitou diante do exposto observar como problema de pesquisa: Qual o desempenho dos municípios da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense em relação às demais regiões de Santa Catarina quanto aos indicadores de desenvolvimento municipal sustentável? Para responder tal questionamento, o estudo apresenta a análise do desempenho dos municípios na Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense em relação às demais regiões de Santa Catarina quanto aos indicadores de desenvolvimento municipal sustentável.

A pesquisa tem como justificativa evidenciar informações dos indicadores econômicos e sociais e utilizá-los para encontrar deficiências ou potencialidades no âmbito sustentável que hoje podem ser problemas para os responsáveis pelos setores efetuarem uma gestão de qualidade e focar nos pontos mais precários da região. Com o estudo e a evidenciação desses pontos ficara mais fácil agir diretamente no problema e identificar os pontos a serem trabalhados.

O artigo primeiramente apresenta a seção introdutória e na sequência são apresentados estudos relacionados ao tema da pesquisa que estão em destaque o desenvolvimento regional sustentável, na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos, posteriormente e apresentado os resultados encontrados na região da AMNOROESTE, e logo após as conclusões finais e sugestões de novas pesquisas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

São demonstrados nesta seção os conceitos do desenvolvimento regional sustentável e de indicadores sociais e econômicos.

2.1 Desenvolvimento sustentável

Não se pode pensar nas regiões como entidades isoladas porque não são consistentes como sistemas econômicos territoriais e isso se constitui uma restrição muito importante na estratégia do desenvolvimento regional. Territorialmente definindo, cada vez mais a vida regional é aprisionada, formada por várias geografias ligada ao processo cotidiano de fluxos de ideias informações e culturas. Toda região deve explorar seus potenciais e não o excluir do sistema porque todo lugar tem sua potencialidade se explorada adequadamente (DINIZ, 2007).

Ao se tratar das questões regionais primeiro é necessário se distanciar da visão tradicional normalmente utilizada nas análises sobre a economia brasileira, e observar o somatório de diversos setores da economia como atividades industriais e agrícolas e de serviço quando se parte da ótica regional, a economia é compreendida a partir do somatório das atividades econômicas localizadas em determinados espaços. Com este estudo das atividades é mais fácil mensurar o setor a ser desenvolvido e focar em um problema específico, particularidade daquela região (SIQUEIRA, 2001).

Para Galante *et al.*. (2015) O poder público possui vantagens nas contratações de empresas terceirizadas ficando com a tarefa de analisar e verificar a prestadora de serviço e os resultados obtidos, se o trabalho perante à população foi efetuado com eficiência, e se possui os recursos necessários para oferecer um bom serviço. Com os serviços prestados de forma eficaz poderá melhorar os indicadores do setor que está sendo efetuado os serviços.

Para Inácio *et al.* (2013) comenta que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações satisfazerem suas necessidades. Quando se fala em desenvolvimento

sustentável não se fala apenas no presente, engloba um tempo que deve ser longo para que as futuras gerações não sejam prejudicadas por erros cometidos no presente.

Segundo Da Costa (2010) afirma que a relação entre o local e a qualidade do produto, e cita como exemplo uma marca que impulsionou a cachaça de salinas em Minas Gerais que acabou se consolidando como sinônimo de qualidade e que conquistou a aglomeração produtiva da cachaça artesanal. E afirma que outro fator importante para o sucesso da Cachaça de Salinas foi o Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente (Procachaça), desenvolvido pelo governo do estado em 1992. Com qualidade e explorando o conhecimento da região e com investimentos é possível criar marcas de renome nacional, como o citado.

2.2 Indicadores Sociais e Econômicos

Viero e Mazzioni (2015) comentam que com a atual realidade econômica mundial e a crescente necessidade de transparência pública de promover aprimoramento na divulgação das informações Contábeis. Para que se mantenha capaz de atender as novas exigências do setor público, como ferramenta de controle e mensuração a Contabilidade necessita estar constantemente adequada às mudanças impostas pela sociedade.

São vários os indicadores econômicos e sociais, entre alguns deles está o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), procurando medir a qualidade de vida, pelos seguintes fatores: educação, longevidade e renda *per capita*, indicando algumas vulnerabilidades sociais. Posteriormente surgiu o IS (Índice de Sustentabilidade), o mais divulgado a Pegada Ecológica, método pioneiro que se propôs a contabilizar os fluxos de matéria e energia de um sistema convertendo-os em área correspondente de terra ou água existentes na natureza. O IVH (Índice de Valores Humanos), lançado como um complemento do IDH. O PIB *per capita* que é um indicador simples que se refere a dimensão econômica da renda, o Índice Firjan, o Índice de Condições de Vida (ICV), Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), o Índice de Qualidade de Vida (IQV) e o Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) (ASSIS; ZANELLA, 2013).

Agostini (2015) comenta em sua pesquisa que se utilizados os preceitos da Economia Ambiental, cujos resultados têm como melhores indicadores os de PIB e PIB *per capita*, ou seja, considerando estes indicadores, pode se definir se esta região é próspera ou não. E soma os fatores citados acima são de grande importância quando se fala em desenvolvimento regional, porém não podemos deixar de mencionar que não somente a renda pode definir se uma região é desenvolvida socialmente ou não.

Cravo *et al.* (2015) aponta em sua pesquisa, que a matriz de indicadores está logicamente relacionada com os objetivos das políticas desenvolvimento regional e podem ser um instrumento mais efetivo para monitorar as políticas regionais, uma vez que alterações nos valores dos mesmos pelo menos em parte, podem ser interpretados no âmbito da existência de uma determinada política. Isso é indispensável para que os indicadores contribuam efetivamente para o monitoramento, avaliação e implementação da referida política.

Segundo Diniz e Crocco (1989), ao analisar a vinculação entre os indicadores de ciência e amenidades urbanas, em bases municipais tem uma vantagem pela facilidade de aplicação e interpretação, e sua limitação primordial e a mesma de todas as medidas descritivas que possam indicar certas irregularidades estatísticas entre fatos empíricos relacionados com as economias regionais, que podem não gerar relações explicativas para os indicadores observados.

Os fundos de desenvolvimento visam assegurar recursos para a realização de investimentos nas áreas de atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento

do Nordeste) e da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que se enquadram nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional como infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos. Os fundos de investimento e as isenções fiscais também buscam dinamizar a economia em regiões menos desenvolvidas para promover a convergência dos indicadores econômicos e sociais. (CRAVO *et al.*, 2015).

Da Costa (2010) comenta para que se ocorresse o desenvolvimento seria necessária uma transformação estrutural na região. O desenvolvimento econômico seria a existência de crescimento contínuo, envolvendo as mudanças de estrutura produtiva e melhoria nos indicadores sociais, compreenderia um fenômeno de longo prazo e elevação geral da produtividade. As empresas hoje sofrem da ausência de canais especializados e eficientes de informações no que se refere a: assistência técnica produtiva e administrativa como transferência de tecnologia, normas técnicas e propriedade industrial, processo de produção, e publicações técnicas de indicadores sócio econômicos, qualificação da mão de obra, feiras, cursos, eventos, treinamentos e exposições voltados ao desenvolvimento.

Assis, Zanella (2013) demonstram que não há uma teoria específica que trate da complexidade para a economia nem da economia como uma ciência complexa no estudo realizado sobre Desenvolvimento sustentável e algumas vulnerabilidades geradas pelo não atendimento de necessidades básicas. O que ampara estudos sobre a complexidade para um desenvolvimento sustentável depende de compreender primeiramente a própria complexidade da vida

Para Siqueira (2001) as três regiões menos desenvolvidas do país Norte, Nordeste e Centro-Oeste, representam em conjunto cerca de três quartos do território nacional e quase metade da população, respondendo por menos de um quarto do PIB nacional. A renda *per capita* no Nordeste era menos da metade da média nacional em 1997, valendo observar que o estado do Piauí o mais pobre do país, possuía uma renda *per capita* próxima de um quinto da verificada em São Paulo no mesmo ano.

A matriz de indicadores, que está logicamente relacionada com os objetivos das políticas desenvolvimento regional, pode ser um instrumento mais efetivo para monitorar as políticas regionais uma vez que a alterações nos valores dos mesmos, pelo menos em parte podem ser interpretados no âmbito da existência de uma determinada política. Com isso se deve ter cautela na colocação e o impacto que pode ser causado entre a política e os indicadores, já que recursos nem sempre podem ser suficientes para sanar os mesmos (CRAVO *et al.*, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é caracterizada quanto aos objetivos como descritiva, pois pretende analisar os indicadores econômicos e sociais da AMNOROESTE. A pesquisa foi realizada um comparativo em relação às demais regiões de Santa Catarina. Para Gil (2010) a pesquisa descritiva tem como intuito descrever as características de um determinado fenômeno, população ou região.

Como procedimentos metodológicos é um estudo de caso, pois considerou os indicadores de sustentabilidade da região da AMNOROESTE e os dados oriundos da pesquisa tem por função focar pontos a serem trabalhados. Para Selltiz, Wrightsman e Cook (2001) a vantagem da pesquisa de levantamento é responder as questões relacionadas ao fato de definir a distribuição das particularidades de uma região.

Quanto à pesquisa foi feita análise dos Dados, a análise e interpretação dos dados foram enquadrados como uma pesquisa bibliográfica. Para Selltiz, Wrightsman e

Cook (2001) a vantagem da pesquisa de levantamento é responder as questões relacionadas ao fato de definir a distribuição das particularidades do caso.

As informações foram coletadas em indicadores sociais como o PIB (Produto Interno Bruto) FECAM, IBGE e SAS/DAB. A pesquisa foi realizada entre outubro de 2016 a janeiro de 2017 e posteriormente se apresentou os métodos utilizados para obtenção deste estudo e metodologias essenciais.

3.1 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi realizado por meio de pesquisa de indicadores sociais e econômicos em sites de indicadores e em sites de transparência do estado. A pesquisa foi de natureza quantitativa tendo em vista que os dados analisados advêm dos relatórios de sites.

Os critérios que foram utilizados foi a identificação da região a ser estudada e retirada de indicadores que possam demonstrar a situação da região e pontos a serem estudados, os dados foram identificados e tabulados em planilhas e gráficos, os indicadores foram analisados com coerência e os resultados da pesquisa demonstrados de maneira de fácil entendimento e analisados segundo seus conteúdos. Como base as informações disponíveis no site da FECAM para indicar a escala de níveis de desempenho. E apresentado no quadro 2 a classificação de cada dimensão no IDMS.

Quadro 2 - Escala de classificação dos indicadores

INDÍCES DE MEDIÇÃO IDMS	CLASIFICAÇÃO
Baixo	Menor que 0,499
Médio Baixo	Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,624
Médio	Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,749
Médio Alto	Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,874
Alto	Maior ou igual a 0,875

Fonte: FECAM 2016

A pesquisa tem como objetivo esclarecer os fatos que trata este artigo, com comparativos dos municípios estudados, apresentando valores e indicadores que possam a vir a ser estudados para melhor alocação de recursos e mostrar particularidades a serem trabalhadas pela região da AMNOROESTE e focar nos pontos fracos da região e acompanhar as potencialidades.

Quadro 3 - Características de indicadores

Específico	Indicadores devem caracterizar informações simples que sejam comunicáveis e facilmente entendidos.
Mensurável	Devem ser realisticamente mensuráveis.
Alcançável	Os indicadores e suas unidades de medida devem ser alcançáveis, sensíveis a mudanças durante o ciclo de vida do projeto e capazes de serem atribuídos ao projeto.
Relevante	Os indicadores devem refletir informações que sejam importantes para o gerenciamento do projeto e análises relativas ao projeto.
Delimitado no tempo	O progresso do indicador deve ser monitorado a uma frequência desejada por um período de tempo. É de suma importância que todos os indicadores estabeleçam o horizonte temporal no qual devem ser atingidos. O progresso pode ser medido em termos absolutos ou percentuais, mas sempre com a definição do valor na linha de base e o horizonte de tempo para atingir as metas.

Fonte: Adaptado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2015

O quadro 3 exemplifica como os indicadores devem ser observados de uma maneira mais branda em relação a linha regional e suas propriedades devem ser observadas em etapas separadas para cada escala de indicadores que devem estar

relacionados com os indicadores e sustentados por uma argumentação de uma possível mudança nos meios de desenvolvimento regional.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresenta-se nesta seção a análise dos indicadores e os resultados obtidos, objetivando atender ao objetivo que foi proposto neste artigo.

4.1 Indicadores do desenvolvimento regional sustentável

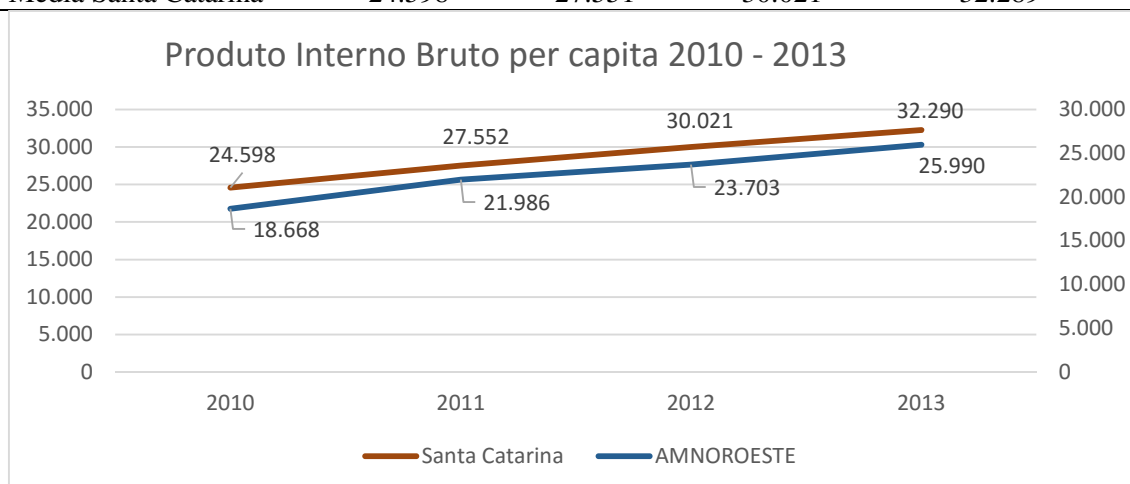
A região da AMNOROESTE foi responsável em 2010 por 0,523% do PIB do estado catarinense, possui 1,173% da área total do Estado com uma população equivalente a 0,636% da população estadual.

Os indicadores do PIB *per capita*, que são os principais indicadores das atividades econômicas e foram criados no ano de 1940, tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Mas apesar de ser um bom indicador não pode ser considerado como um indicador de desenvolvimento social, porque seus cálculos não mensuram a distribuição de renda e outros fatores como educação, saúde e expectativa de vida.

Pode-se considerar que na AMNOROESTE os resultados dos últimos anos não foram satisfatórios em questão de PIB, embora em crescimento contínuo esteve abaixo da média estadual, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - PIB *per capita* 2010-2013

VARIAVEIS	2010	2011	2012	2013
São Lourenço do Oeste	20.713	26.479	26.908	31.307
Coronel Martins	15.080	21.509	17.965	26.031
Novo Horizonte	16.586	20.340	20.524	25.694
Jupia	12.017	19.139	15.076	20.636
Galvão	22.358	27.456	26.288	31.896
São Bernardino	25.250	16.987	35.457	20.376
Média AMNOROESTE	18.667	21.985	23.703	25.990
Média Santa Catarina	24.598	27.551	30.021	32.289



Fonte: Dados da pesquisa FECAM (2016).

A análise do índice de renda *per capita* da AMNOROESTE em relação ao estado de Santa Catarina, no período pesquisado de 2010 a 2013, obteve uma melhora

no último ano chegando a 80% do valor estadual, mas se encontra muito aquém do desejado, O município de Jupiá obteve o maior crescimento, mas a renda *per capita* é baixa. Quanto aos outros municípios da região, São Bernardino esteve em queda e São Lourenço D'Oeste que possui o maior PIB *per capita* e se manteve com um crescimento sequencial. Deveria ser estudado maneiras de elevar esta situação seja com investimentos privados ou públicos para fomentar a renda da região. E analisando estes indicadores, essa região precisa se desenvolver economicamente.

A tabela 2 apresenta as divisões em que são calculados os indicadores, a origem dos dados para os cálculos e apresenta de forma mais detalhada cada grupo de indicadores, permitindo assim uma análise mais profunda e focar mais detalhadamente onde são os pontos mais vulneráveis da região.

Tabela 2 – Divisões do IDMS 2016

Subdivisão	Indicador	Variável	IDMS AMNOROESTE	IDMS SC
Sociocultural	Educação	Qualidade da Educação	0,755	0,758
		População em Idade Escolar	0,668	0,683
	Saúde	Cobertura da Atenção Básica	0,880	0,849
		Recursos na saúde	0,520	0,533
		Morbidade	0,656	0,683
		Fatores de Risco e Proteção	0,756	0,740
		Mortalidade	0,632	0,750
	Cultura	Gestão para Promoção da Cultura	0,278	0,362
		Iniciativas da Sociedade	0,267	0,458
		Infraestrutura Cultural	0,418	0,553
		Recursos Investidos na Cultura	0,718	0,512
	Habitação	Gestão para Políticas Habitacionais	0,833	0,826
		Qualidade Habitacional	0,464	0,573
	Econômica	Economia	Nível de Renda	0,417
Dinamismo Econômico			0,680	0,641
Agregação de Valor Econômico			0,811	0,766
Ambiental	Meio Ambiente	Cobertura de Saneamento Básico	0,378	0,658
		Estrutura de Gestão Ambiental	0,167	0,379
		Preservação Ambiental	0,741	0,875
Político Institucional	Finanças Públicas	Capacidade de Arrecadação	0,515	0,527
		Capacidade de Investimento	0,696	0,607
		Saúde Financeira	0,810	0,788
	Gestão Pública	Articulação com o exterior	1,000	0,920
		Capacidade de Planejamento	0,571	0,560
		Qualidade do Quadro Funcional	0,580	0,617
		Qualidade da Gestão de Pessoas	0,750	0,655
	Participação Social	Capital Social	0,651	0,638
		Gestão Democrática	0,510	0,730
		Participação Eleitoral	0,794	0,750
Participação Feminina		0,444	0,404	

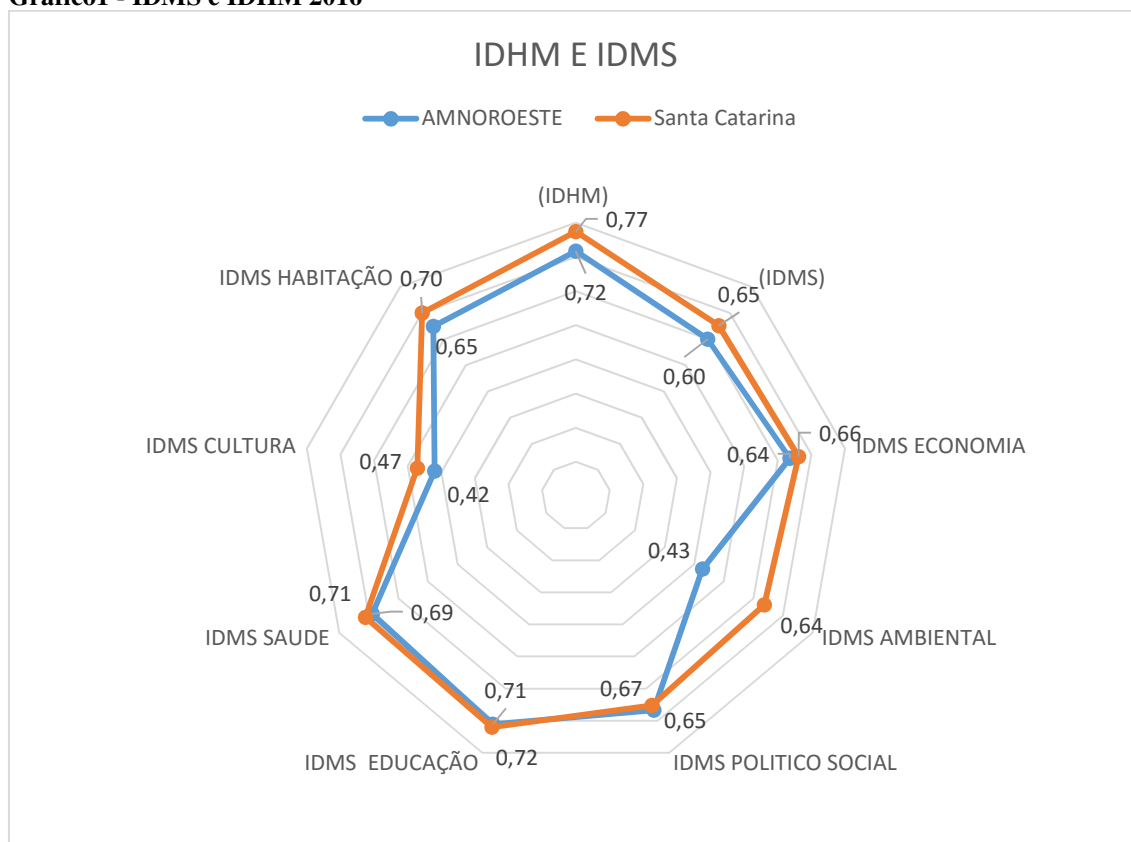
Fonte: Dados da Pesquisa FECAM (2016).

Observando mais detalhadamente, verifica-se que os indicadores nos dão a percepção de avaliar com exatidão os pontos mais vulneráveis e os mais e os menos desenvolvidos. Na dimensão Sociocultural, o indicador de recursos para a cultura requer mais atenção tanto na região quanto no estado e os recursos da saúde estão abaixo da média. Na subdivisão econômica o nível de renda da população está baixo, mas o que mais preocupa os indicadores ambientais que na região da AMNOROESTE está muito abaixo do indicado, o indicador da política institucional está entre os melhores indicadores da região. Analisando os dados da tabela 2 pode-se observar que a região tem pontos críticos de desenvolvimento regional que necessitam de investimentos e melhorias.

Aplicando o conceito de desenvolvimento municipal sustentável, que é elaborado a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território, o IDMS é usado para medir e avaliar os indicadores. Configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão, capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional (FECAM, 2016).

Apresenta-se no Gráfico 1 as informações referentes às dimensões da economia, ambiental, político social, educação, saúde, cultura e habitação, além do IDMS e do IDHM. Separando os indicadores, os resultados apontam que a região da AMNOROESTE está próxima da média estadual, estando mais carente no IDMS cultura e ambiental, apresentado graficamente em forma de radar tais informações.

Gráfico 1 - IDMS e IDHM 2016



Fonte: Dados da Pesquisa FECAM e IBGE (2016).

Ao se observar indicadores do gráfico 1, como o índice de desenvolvimento Humano (IDH), verifica-se que embora a região seja classificada com renda média, com

um índice 0,717 ainda se encontra abaixo do nível estadual, superando apenas o IDMS Político Social. A região da AMNOROESTE está próximo ao IDH do Brasil que é de 0,718, o que coloca o País no grupo de nações com desenvolvimento humano elevado.

E o índice brasileiro ainda está acima da média global de 0,682, porém os indicadores da região da AMNOROESTE estão abaixo da média da América Latina que é de 0,731 e perde para países como Chile, México e Uruguai. Por isso questões regionais que são examinadas mais detalhadamente demonstram que indicadores são necessários para examinar quais pontos devem ser relacionados nas desigualdades regionais e serem especificamente mais trabalhados.

Os indicadores seguem alguns critérios para demonstrar bem-estar social e econômico da região, mostrando os valores e recursos e a qualidade de vida das populações. A partir da tabela 3, pode-se perceber que a região terá que se desenvolver muito para melhorar sua situação no ranking estadual, pois os municípios da região da AMNOROESTE estão muito aquém do desejado.

Tabela 3 – Posição estadual.

VARIÁVEIS	(IDMS)	POSIÇÃO
São Lourenço do Oeste	0,688	101°
Coronel Martins	0,542	280°
Novo Horizonte	0,605	235°
Jupia	0,607	231°
Galvão	0,607	231°
São Bernardino	0,550	275°

Fonte: Dados da Pesquisa

Na tabela 3, que apresenta as posições por município, a região está em posições distantes das primeiras colocações, sendo que São Lourenço do Oeste que se encontra na melhor posição da região está apenas na 101° colocação, enquanto Coronel Martins está na 280° posição, de um total de 295 municípios, demonstrando que a região necessita melhorar os indicadores.

A Tabela 4 foi elaborada seguindo os critérios estipulados pela Secretaria De Educação do Estado de SC e demonstra as médias dos alunos nos anos finais. Os indicadores de educação do IDEB seguem os seguintes critérios:

- Baixo (< ou = 3,2 e > 4,79)
- Médio Baixo (< ou = 4,8 e > 5,19)
- Médio (< ou = 5,2 e > 5,59)
- Médio Alto (< ou = 5,6 e > 5,99)
- Alto (< ou = 6 e > 6,44)

Tabela 4 – Indicadores de educação IDEB.

	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica anos finais 2007 - 2013			
	2007	2009	2011	2013
AMNOROESTE	4,12	4,35	4,86	4,53
Santa Catarina	4,10	4,30	4,70	4,30

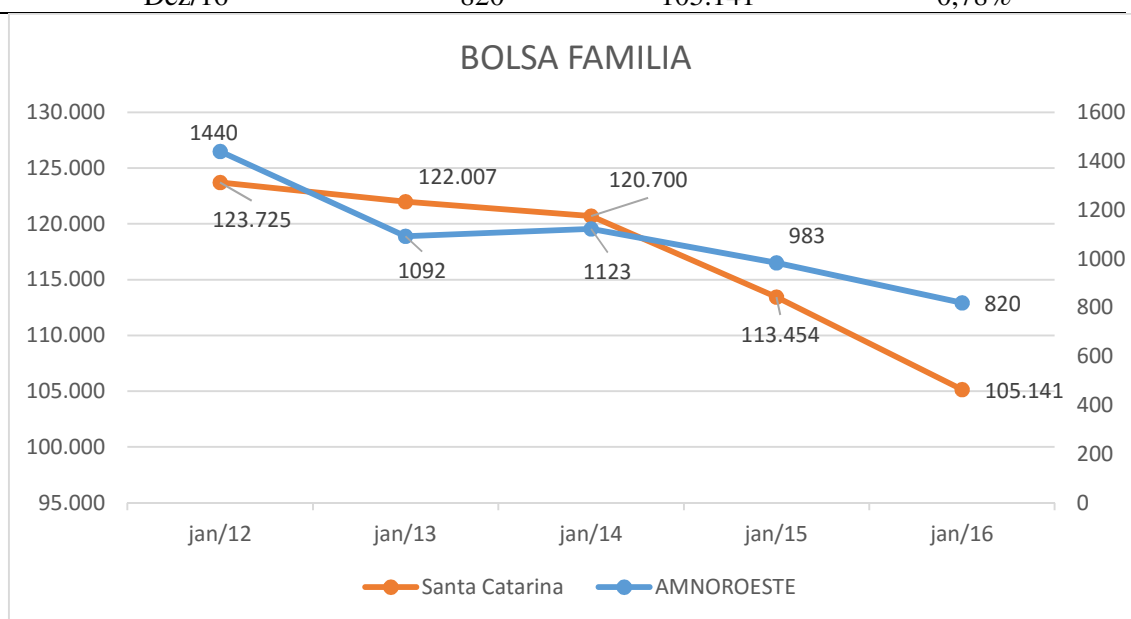
Fonte; Dados da Pesquisa.

Pode se observar na tabela 4 que no IDEB dos anos finais, a média se mantém baixa, porém a região AMNOROESTE apresenta resultados superiores ao do Estado de Santa Catarina. Os números dos indicadores do IDEB vêm melhorando com o passar dos anos e é um aspecto positivo se continuar avançando, e pode ser um reflexo do Programa Bolsa família que incentiva os pais e alunos mais carentes a frequentar as escolas.

O resultado da dimensão econômica do Programa Bolsa Família atende famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema, com direito a receber aquelas famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 e que tenham em sua composição gestantes, mães amamentando ou crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. Já as famílias com renda inferior mensal de R\$ 77,00 por pessoa podem participar independentemente da idade dos membros, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Beneficiários do Programa Bolsa Família no período 2012 – 2016

Abrangência/Ano	AMNOROESTE	Santa Catarina	% EM RELAÇÃO A SC
Dez/12	1440	123.725	1,16%
Dez/13	1092	122.007	0,90%
Dez/14	1123	120.700	0,93%
Dez/15	983	113.454	0,87%
Dez/16	820	105.141	0,78%



Fonte: Dados da Pesquisa SAS/DAB (2016).

Observando os dados da tabela 5, na região da AMNOROESTE foram atendidas 820 famílias em 2016. Se for considerado o número 10.974 domicílios, conforme o Censo Demográfico 2010 do IBGE, é pouco mais de 7,47% dos domicílios que recebe esse benefício. No Estado são 1.993.012 domicílios e 105.141 famílias beneficiárias, percentual de 5,27%. Sendo assim, comparativamente, a média estadual é menor que a média da região, demonstrando a necessidade de melhor transferência de renda no estado, que pode vir a ajudar a tirar algumas famílias da pobreza e poderá estar melhorando o acesso a saneamento básico e água tratada que estão abaixo da média na região.

Analisando os dados regionais, as informações sobre o saneamento básico, podem ser mensuradas em relação à sociedade e ao meio ambiente. Na região estudada, 55,4% dos domicílios não são atendidos por água tratada, utilizando-se de poços ou nascentes para seu consumo. Já a coleta de lixo efetuada por empresas terceirizadas chega a um percentual de 52,8%. (GALANTE *et al.* 2015 p. 9) “A lei que dispõem a coleta e a lei nº 1.928, de 23 de março de 2011, dispõe sobre a forma de depósito, disciplina, coleta e destino de entulhos e resíduos domésticos e dá outras providências. Os resíduos são classificados de várias formas pela empresa terceirizada”. “Estes resíduos sólidos coletados são encaminhados para o aterro sanitário na cidade de

Anchieta situado no Extremo Oeste de Santa Catarina, onde todos os resíduos são separados, seguindo as normas ambientais” (GALANTE *et al.* 2015 p. 9).

Com a disponibilidade de dados regionais, foi incluído algumas informações a respeito dos indicadores ambientais como coleta de lixo, esgoto, água tratada que são alguns dos indicadores importantes por se tratar de qualidade de vida e saúde já que estes elementos podem a vir causar doenças ou epidemias. Os indicadores da região estão em um nível de baixo desenvolvimento como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 - Indicadores de socioambientais de 2016

Variáveis		AMNOROESTE	Santa Catarina
Cobertura de Saneamento Básico	Percentual de Domicílios Atendidos Direta ou Indiretamente por Coleta de Lixo	0,528	0,781
	Percentual de Domicílios com Acesso à Rede Geral de Esgoto ou Fossa Séptica	0,159	0,573
	Percentual de Domicílios Atendidos por Rede Pública de Água	0,446	0,620
Estrutura de Gestão Ambiental	Efetividade da Estrutura de Gestão Ambiental	0,217	0,316
	Efetividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente	0,117	0,441
Preservação Ambiental	Depósito de Lixo em Locais Licenciados	1	1
	Áreas de Matas e Florestas Naturais Preservadas nas Propriedades Agropecuária	0,482	0,748
Nível de Renda	Remuneração Média dos Trabalhadores Formais	0,539	0,526
	Percentual de Domicílios em Situação de Pobreza	0,295	0,632

Fonte: Dados da Pesquisa FECAM (2016).

Os indicadores Ambientais apresentados na Tabela 6 mostram de forma clara a vulnerabilidade da região com níveis baixos em alguns dos setores apresentados. O mais deficitário é de residências em situação de pobreza (0,295), sendo que está num nível baixo da média estadual (0,632), que pode vir a explicar os outros índices como a rede geral de esgoto ou água tratada. Com isso, mostra-se a vulnerabilidade da região AMNOROESTE, e o Estado devera intervir para tentar reverter esta situação.

A rede de esgoto está presente em apenas 16% das residências da região AMNOROESTE e ao estudar estes indicadores ambientais apontam que a região precisará de investimentos para desenvolver este setor ambiental, em especial o esgoto sanitário que quase não possui tratamento. O empenho da população também se torna importante para reverter este quadro e ter uma vida mais digna.

Ao se considerar os indicadores que estão à disposição até o termino deste artigo, a região apresenta um déficit em relação aos níveis estipulados, se continuar neste ritmo pode vir a prejudicar as gerações futuras, com a necessidade de investimentos de longo prazo e assim garantir que no futuro todos tenham uma vida digna e com recursos naturais preservados.

5 CONCLUSÕES E PESQUISAS FUTURAS

Muitos estudos e projetos têm se desenvolvido ao longo dos anos na área do desenvolvimento regional sustentável, como projetos acadêmicos, projetos de prefeituras e do setor privado, visando o desenvolvimento social, ambiental econômico e de qualidade de vida. Estudos focados em experimentos já realizados em outros países também são utilizados para desenvolver os lugares mais pobres e construir um país mais igualitário e justo, pensar em desenvolvimento regional é pensar na desigualdade do nosso território. Nessa direção os indicadores de cada região são importantes para mensurar os pontos falhos.

A presente pesquisa analisou os indicadores de sustentabilidade da região AMNOROESTE em relação aos municípios catarinenses, analisando os resultados de vários setores: ambiental, político, econômico e sociocultural, as subdivisões que compõem estes indicadores e comparando o desempenho da região com os indicadores do Estado de SC.

Foram analisados os resultados de indicadores como IDMS, IDEB SAS/DAB e IDHM (que medem os aspectos de educação, saneamento básico, saúde) e de renda (indicadores PIB e PIB *per capita*). As informações dão conta mesmo que não com a completa exatidão que se necessitaria, de avaliar o nível em que os municípios ou regiões se encontram, e que possibilitam mensurar a situação em que se encontra em comparação com as outras regiões, com níveis mínimos ou máximos de desenvolvimento indicados pela FECAM, ou outros indicadores que usem os mesmos critérios de avaliação.

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva e indica que avaliando os aspectos como coleta de lixo, saneamento e situação de pobreza, os índices se aproximam da degradação do meio ambiente e necessita de ações para minimizar esta situação antes que venha prejudicar a população. Quando se estuda as economias sociais e ambientais nos aspectos de indicadores, os aspectos de renda são atendidos, mas os sociais são parcialmente atendidos. Se a população de cada região se engajar em querer melhorar a situação dos indicadores sociais poderão alcançar um desenvolvimento mais sustentável.

A variável que compõem o IDMS para dimensão Ambiental - Estrutura de Gestão Ambiental - apresentou um nível muito abaixo de todos os outros indicadores (0,167) e deveria ser um ponto a ser estudado com mais critérios pelo estado para reverter a situação. A variável da região que apresentou maior pontuação é da saúde, na subdivisão de Cobertura da Atenção Básica com 0,880. Porém, a média geral da dimensão é de 0,600 e abaixo da média estadual de 0,660.

Como sugestão de novas pesquisas, pode-se aprofundar os estudos nos indicadores mais baixos, verificando os motivos dos números de saneamento, água tratada e situação de pobreza. E analisar a evolução destes indicadores demonstrando a evolução dos dados analisados e se a região por si só está progredindo ou regredindo com o tempo. Desta forma o estudo permitiu identificar indicadores que mensuram a economia e a qualidade de vida nos Municípios da AMNOROESTE.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C; AREND, S.C. Desenvolvimento Regional Sustentável: indicadores e qualidade de vida no Vale do Taquari/RS. **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - Taquara/RS - v. 12, n. 2, jul./dez. 2015.

DOWBOR, L. Indicadores: afinal o que estamos medindo? In: LOUETTE, A. (Org.). **Indicadores de Nações: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade: Gestão do Conhecimento/organização, pesquisa, textos e captação de recursos.** São Paulo: Willis Harman House, 2007.

DA COSTA, E. J.M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** 1. ed. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

DINIZ, C.C. **Políticas de Desenvolvimento Regional: Desafios e perspectivas à luz das Experiências da União Europeia.** Seminário Internacional. 400p.: il. Brasília. 2007.

DINIZ, C.C; CROCCO M. **Economia Regional e Urbana. Contribuições Teóricas Recentes.** 1. ed. Universidade Federal de Minas Gerais. editora UFMG, 2006.

CRAVO, T. A; MARQUES DA SILVA, G. D; RESENDE, G. M. Painel de Indicadores de Desenvolvimento Regional para o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR). **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Brasília, 2015.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <www.custoseagronegocioonline.com.br>. Acesso em: 02 out. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 76-195.

GALANTE, C; LAZZAROTTO, G; OENNING, V. **Terceirização no Setor Público: Vantagens e Desvantagens da Coleta de Lixo na Cidade de Lourenço do Oeste SC.** I Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da Unochapecó. 19 a 23 de outubro Local: Hotel Lang Palace e Unochapecó.2015

INÁCIO, R. O; RODRIGUES, M. D; XAVIER, T.R; WITTMANN, M.L; MINUSSI, T. N. Desenvolvimento Regional Sustentável abordagens para um novo paradigma. **Editora Unijuí.** V. 11, N. 24, P. 6-40 set/dez. 2013

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. Microrregiões Brasileiras- Tipologia de PNDR, Disponível em: <http://www.mi.gov.br/microrregioes_pndr>. Acesso em: 18 Ago. 2016

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações Sociais.** São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 2001.

SIQUEIRA, T. V.; SIFFERT FILHO, N. F. Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas. **Revista do BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 8, N. 16, P. 79-118, DEZ. 2001.**

SAS/DAB - Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição
http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa_relconsol.asp>. Acesso em: 03 Out. 2016

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. (1996)
O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense: proposta para discussão.
Florianópolis: EPAGRI, 247p. Disponível em: <www.intranetdoc.epagri.sc.gov.br>.
Acesso em: 29 out. 2016.

VIERO, A; MAZZIONI, S. **Análise dos indicadores de sustentabilidade dos municípios de santa catarina.** I Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da Unochapecó. 19 a 23 de outubro Local: Hotel Lang Palace e Unochapecó.2015

Portal Brasil. **País é o 84º do ranking de desenvolvimento humano da ONU.**
<www.brasil.gov.br/governo> Acesso em: 03 Out. 2016

ASSIS, W; ZANELLA, M. E. **Desenvolvimento sustentável e algumas vulnerabilidades geradas pelo não atendimento de necessidades básicas.** RBPG, Brasília, v. 10, n. 21, p. 601 - 628, Out. 2013.